

2019/2023

PROJETO EDUCATIVO

Índice Geral

Introdução	3
1. Diagnóstico Estratégico	4
1.1. População escolar	4
1.2. Avaliação Interna	4
1.3. Avaliação externa	6
1.4. Abandono	6
1.5. Absentismo	7
1.6. Clima de sala de aula	7
1.7. Envolvimento da comunidade educativa	8
2. Visão e Missão	11
3. Objetivos e Metas	11
3.1. Objetivos.....	11
3.2. Linhas de atuação para a inclusão.....	13
3.3. Metas.....	14
4. Organização escolar.....	14
4.1. Organograma	15
4.2. Critérios de natureza pedagógica para a constituição de grupos e turmas ..	15
4.2.1. Educação pré-escolar	16
4.2.2. Primeiro ciclo	17
4.2.3. Segundo e terceiro ciclos.....	18
4.2.4. Educação Moral e Religiosa	20
4.2.5. Pedidos de transferência de grupo ou de turma	20
4.2.6. Alunos provenientes de países estrangeiros	20
4.2.7. Equipas de Formação de Turmas.....	20
5. Redes, Parcerias e Protocolos.....	20
6. Áreas e Modalidades de Qualificação.....	22
7. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo	22
7.1. Monitorização.....	23
7.2. Avaliação	23
8. Estratégia de Comunicação.....	23
Bibliografia de referência	24

Índice de gráficos

Gráfico 1- Organograma do AEPOL.....	15
---	-----------

Índice de Tabelas

Tabela 1- Número de alunos por grupo, ano e ciclo de escolaridade	4
Tabela 2 - Taxa de insucesso escolar.....	4
Tabela 3 - Metas definidas e alcançadas.....	5
Tabela 4 - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	5
Tabela 5 - Metas definidas e alcançadas.....	5
Tabela 6 - Taxa de alunos que melhoraram a média final das classificações	5
Tabela 7 - Metas definidas e alcançadas.....	6
Tabela 8 - Resultados dos alunos nas Provas Finais de Português e de Matemática.....	6
Tabela 9 - Resultados dos alunos na Provas Nacionais de Português e Matemática.....	6
Tabela 10 - Metas definidas e alcançadas.....	6
Tabela 11 - Metas definidas e alcançadas.....	6
Tabela 12 - Taxa de interrupção precoce do percurso escolar	6
Tabela 13 - Média das faltas injustificadas por aluno	7
Tabela 14 - Metas definidas e alcançadas.....	7
Tabela 15 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula.....	7
Tabela 16 - Envolvimento da comunidade educativa.....	8
Tabela 17 - Metas definidas e alcançadas.....	9
Tabela 18 - Análise SWOT	10
Tabela 19 - Objetivos	11
Tabela 20 - Eixos de missão e prioridades estratégicas.....	13
Tabela 21- Linhas de ação para a inclusão	13
Tabela 22 - Metas	14
Tabela 23 - Redes, Parcerias e Protocolos.....	21
Tabela 24 - Estratégia de comunicação.....	24

*Lembrar, uma vez mais, os nossos
compromissos educativos é ter sempre
presente as razões maiores daquilo que
fazemos.*

Introdução

O Projeto Educativo é o documento que consagra, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, a orientação educativa do Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes (AEPOL), visando dar a conhecer o conjunto de opções, de compromissos e de orientações ao nível da prestação dos serviços educativos, ao nível da organização e gestão quer das atividades a desenvolver e, igualmente, ao nível da monitorização e avaliação dos resultados obtidos, bem como das dinâmicas de natureza organizacional, curricular e pedagógica que poderão contribuir para explicar tais resultados.

É de acordo com tais pressupostos que se explica a organização deste documento que, para além de identificar o AEPOL como um contexto de educação formal singular, com finalidades educativas próprias, porquanto é um Território Educativo de Intervenção Prioritária, constitui o documento que deverá inspirar, balizar e suportar o processo de operacionalização das iniciativas, de natureza diversa, que possam ter lugar neste Agrupamento.

Este documento é constituído por oito partes: Introdução, Diagnóstico Estratégico, Visão e Missão, Objetivos e Metas, Redes, Parcerias e Protocolos, Áreas e Modalidades de Qualificação, Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo e Estratégia de Comunicação e Divulgação.

1. Diagnóstico Estratégico

1.1. População escolar

Tabela 1- Número de alunos por grupo, ano e ciclo de escolaridade

Educação Pré-escolar	Idades		N.º de alunos
Pré A	Entre os 3 e os 6 anos		25
Pré B	Entre os 3 e os 6 anos		25
Pré C	Entre os 3 e os 6 anos		25
Pré D	Entre os 3 e os 6 anos		20
Total			95

Ciclo	N.º total de alunos avaliados (1)	N.º total de alunos avaliados (2)	N.º total de alunos retidos por faltas (REF)	N.º total de alunos retidos/não aprovados (não incluir os REF)	Total
1.º Ciclo					
1.º ano	41		0	0	41
2.º ano	58		0	0	58
3.º ano	48		0	0	48
4.º ano	45		0	0	45
Total	192		0	0	192
2.º Ciclo					
5.º ano	49		5	0	54
6.º ano	59		5	0	64
Total	108		10	0	118
3.º Ciclo					
7.º ano	31		3	0	34
8.º ano	33		0	0	33
9.º ano	36		0	1	37
Total	100		3	1	104
Total					509

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

1.2. Avaliação Interna

Tabela 2 - Taxa de insucesso escolar

Ciclo	N.º total de alunos avaliados	N.º total de alunos com positiva a todas as disciplinas	N.º total de alunos com positiva a todas as disciplinas (%)
1.º Ciclo			
1.º ano	41	41	100
2.º ano	58	58	100
3.º ano	48	47	97.91666667
4.º ano	45	45	100
Total	192	191	99.47916667
2.º Ciclo			
5.º ano	49	39	79.59183673
6.º ano	59	46	77.96610169
Total	108	85	78.7037037
3.º Ciclo			
7.º ano	31	16	51.61290323
8.º ano	33	15	45.45454545
9.º ano	36	14	38.88888889
Total	100	45	45

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 3 - Metas definidas e alcançadas

Ciclo	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
1.º Ciclo	Superada	1	1,9	0
2.º Ciclo	Não atingida	7,1	14,2	9.259259259
3.º Ciclo	Superada	9	19,1	4

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 4 - Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas

Ciclo	N.º total de alunos avaliados	N.º total de alunos com positiva a todas as disciplinas	N.º total de alunos com positiva a todas as disciplinas (%)
1.º Ciclo			
1.º ano	41	41	100
2.º ano	58	58	100
3.º ano	48	47	97.91666667
4.º ano	45	45	100
Total	192	191	99.47916667
2.º Ciclo			
5.º ano	49	39	79.59183673
6.º ano	59	46	77.96610169
Total	108	85	78.7037037
3.º Ciclo			
7.º ano	31	16	51.61290323
8.º ano	33	15	45.45454545
9.º ano	36	14	38.88888889
Total	100	45	45

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 5 - Metas definidas e alcançadas

Ciclo	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
1.º Ciclo	Superada	90	87,46	99.47916667
2.º Ciclo	Superada	50	43,1	78.7037037
3.º Ciclo	Superada	40	28,40	45

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 6 - Taxa de alunos que melhoraram a média final das classificações

Ciclo	Taxa de alunos que melhoraram a média final das classificações
1.º Ciclo	
2.º/3.º anos	64.58333333
3.º/4.º anos	90.625
2.º Ciclo	
5.º/6.º anos	100
3.º Ciclo	
7.º/8.º anos	100
8.º/9.º anos	95
Ensino Secundário - CCH	
10.º/11.º anos	NAN
11.º/12.º anos	NAN

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 7 - Metas definidas e alcançadas

Ciclo	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
1.º Ciclo	Superada	85	81,6	100
2.º Ciclo	Superada	60	58,3	100
3.º Ciclo	Superada	75	73,3	100

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

1.3. Avaliação externa

Tabela 8 - Resultados dos alunos nas Provas Finais de Português e de Matemática

Prova	N.º de níveis 1	N.º de níveis 2	N.º de níveis 3	N.º de níveis 4	N.º de níveis 5
Matemática	8	16	4	2	0
Português	0	12	17	1	0

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 9 - Resultados dos alunos na Provas Nacionais de Português e Matemática

Código	Prova/Exame	Taxa de alunos com classificação positiva	Classificação média
91	Português	75 %	3.12
92	Matemática	57 %	2.95

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 10 - Metas definidas e alcançadas

Prova	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
Matemática				
Classificação média na prova final	Atingida	2,03	0,6	2
Taxa de alunos que tiveram positiva na prova final	Não atingida	34,48	22,9	20
Português				
Classificação média na prova final	Superada	2,5	2,3	2,63
Taxa de alunos que tiveram positiva na prova final	Superada	55	51,7	60

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

1.4. Abandono

Tabela 11 - Metas definidas e alcançadas

Ciclo	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
1.º Ciclo	Atingida	0	0	0
2.º Ciclo	Não atingida	0,45	0,9	1.851851852
3.º Ciclo	Não atingida	0,9	1,8	3

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 12 - Taxa de interrupção precoce do percurso escolar

Ciclo	Genral	Total
1.º Ciclo		
1.º ano	0	0
2.º ano	0	0
3.º ano	0	0
4.º ano	0	0
Total	0	0
2.º Ciclo		
5.º ano	1	1
6.º ano	1	1
Total	2	2
3.º Ciclo		
7.º ano	3	3
8.º ano	0	0
9.º ano	0	0
Total	3	3

1.5. Absentismo

Tabela 13 - Média das faltas injustificadas por aluno

Ciclo	N.º total de faltas injustificadas no final do 3.º Período
1.º Ciclo	
1.º ano	26
2.º ano	62
3.º ano	84
4.º ano	32
Total	204
2.º Ciclo	
5.º ano	579
6.º ano	405
Total	984
3.º Ciclo	
7.º ano	250
8.º ano	77
9.º ano	36
Total	363

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 14 - Metas definidas e alcançadas

ciclo	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
1.º Ciclo	Superada	5	7,1	1.0625
2.º Ciclo	Superada	10	20,7	9.1111111111
3.º Ciclo	Superada	10	15,4	3.63
Ensino Secundário		0	0	NAN

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

1.6. Clima de sala de aula

Tabela 15 - Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em sala de aula

Ciclo	%	N
1.º Ciclo		
1.º ano	2.43902439	1
2.º ano	0	0
3.º ano	12.5	6
4.º ano	4.44444444	2
2.º Ciclo		
5.º ano	10.20408163	5
6.º ano	23.72881356	14
3.º Ciclo		
7.º ano	31.25	10
8.º ano	48.48484848	16
9.º ano	37.14285714	13

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

1.7. Envolvimento da comunidade educativa

Tabela 16 - Envolvimento da comunidade educativa

Dimensão	Descrição
▣ Grau de participação dos vários agentes da comunidade educativa na definição das ações a desenvolver pela Escola.	
Constrangimento 1	
Constrangimento 2	
Ponto forte 1	Gestão atenta
Ponto forte 2	Atividades de acordo com a oferta e com as sugestões
Procedimento 1	Inquérito por questionário
Procedimento 2	Reuniões
Procedimento 3	
▣ Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas.	
Constrangimento 1	
Constrangimento 2	
Ponto forte 1	Os professores ensinam bem
Ponto forte 2	O meu educando é incentivado a fazer cada vez mais melhor
Procedimento 1	Inquérito por questionário
Procedimento 2	Reuniões
Procedimento 3	
▣ Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa relativamente ao clima de escola.	
Constrangimento 1	
Constrangimento 2	
Ponto forte 1	A escola tem um bom ambiente educativo acolhedor (físico e humano)
Ponto forte 2	A escola é segura
Procedimento 1	Inquérito por questionário
Procedimento 2	
Procedimento 3	
▣ Grau de satisfação face ao impacto das parcerias na promoção das aprendizagens dos alunos.	
Constrangimento 1	
Constrangimento 2	
Parceria 1	CMM - Inquérito por questionário
Parceria 2	FPCEUP - Formação
Parceria 3	
Ponto forte 1	
Ponto forte 2	
▣ Taxa de participação dos Encarregados de Educação (EE) em ações promovidas pela UO.	
Ação 1	(DES)CONSTRUIR
Ação 2	TRANSIÇÕES
Ação 3	
Constrangimento 1	Alguns alunos foram para outra UO
Constrangimento 2	
Ponto forte 1	Os alunos permaneceram no agrupamento
Ponto forte 2	Os pais colaboraram

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Tabela 17 - Metas definidas e alcançadas

Dimensão	Meta	Meta definida 2018/2019	Ponto de partida	Valor alcançado
Grau de participação dos vários agentes da comunidade educativa na definição das ações a desenvolver pela UO	Atingida	Muito bom	Bom	Muito bom
Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face às dinâmicas pedagógicas implementadas	Atingida	Muito bom	Bom	Muito bom
Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa relativamente ao clima de escola	Atingida	Muito bom	Bom	Muito bom
Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade educativa face ao impacto das parcerias na promoção das aprendizagens dos alunos	Atingida	Muito bom	Muito bom	Muito bom
Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações promovidas pela UO	Superada	74	64,20	100

Fonte: Relatório de execução final TEIP 2018/2019

Da análise dos resultados obtidos pelos alunos do AEPOL, no último ano, podemos inferir que as metas estabelecidas para o ano letivo 2018/2019 foram cumpridas e superadas, com exceção da taxa de alunos que tiveram positiva na prova final de Português.

Por sua vez, a análise SWOT, que se apresenta seguidamente, traduz o resultado da reflexão realizada pelos diversos atores da comunidade educativa e de outros parceiros sobre o “estado da arte” no AEPOL.

Tabela 18 - Análise SWOT

ANÁLISE INTERNA	
FORÇAS	FRAQUEZAS
<p>Escolas como espaços agradáveis para os alunos</p> <p>Espaço inovador de aprendizagem (Open Space)</p> <p>Projeto TEIP</p> <p>Autonomia e Flexibilidade Curricular</p> <p>Consultor externo</p> <p>Liderança firme na assunção dos princípios e dos compromissos</p> <p>Colaboração ativa da autarquia</p> <p>Parceria com a UCC de Matosinhos</p> <p>Ensino articulado de dança</p> <p>Centro de Formação de Professores (CFAE de Matosinhos) com oferta formativa ajustada às necessidades dos professores</p> <p>Relações institucionais com as diversas entidades do território</p> <p>Parcerias com agentes externos</p> <p>Associação de pais e encarregados de educação ativa e interveniente</p> <p>Acompanhamento contínuo dos alunos na transição entre ciclos</p> <p>Aumento da motivação dos alunos</p> <p>Diminuição da indisciplina e do absentismo</p> <p>Quadro docente estável e experiente</p> <p>Professores com perfil para o trabalho a desenvolver com os alunos</p> <p>Existência de técnicos especializados em diversas áreas</p> <p>Acompanhamento de proximidade da Equipa Técnica com algumas turmas</p> <p>Recursos educativos diversificados</p>	<p>Alunos com problemas de articulação graves e consequentes dificuldades na expressão oral e na aquisição da leitura e da escrita</p> <p>Inexistência de intervenção para todos os alunos sinalizados do Técnico Especializado em Terapia da Fala</p> <p>Pais e encarregados de educação sem escolaridade e com pouca escolaridade</p> <p>Não valorização da escola por parte dos alunos e das famílias</p> <p>Dificuldades de comunicação com alguns pais e encarregados de educação</p> <p>Insucesso escolar na disciplina de Matemática na avaliação interna e externa</p> <p>Falta de tempo para articulação, planeamento, construção de materiais de apoio, de instrumentos e registos de avaliação</p> <p>Resistência à mudança por parte de alguns professores</p>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<p>Escolas como espaços agradáveis para os alunos</p> <p>Espaço inovador de aprendizagem (Open Space)</p> <p>Projeto TEIP</p> <p>Autonomia e Flexibilidade Curricular</p> <p>Consultor externo</p> <p>Liderança firme na assunção dos princípios e dos compromissos</p> <p>Colaboração ativa da autarquia</p> <p>Parceria com a UCC de Matosinhos</p> <p>Ensino articulado de dança</p> <p>Centro de Formação de Professores (CFAE de Matosinhos) com oferta formativa ajustada às necessidades dos professores</p> <p>Relações institucionais com as diversas entidades do território</p> <p>Parcerias com agentes externos</p> <p>Associação de pais e encarregados de educação ativa e interveniente</p> <p>Acompanhamento contínuo dos alunos na transição entre ciclos</p> <p>Aumento da motivação dos alunos>Diminuição da indisciplina e do absentismo</p> <p>Quadro docente estável e experiente</p> <p>Professores com perfil para o trabalho a desenvolver com os alunos</p> <p>Existência de técnicos especializados em diversas áreas</p> <p>Acompanhamento de proximidade da Equipa Técnica com algumas turmas</p> <p>Recursos educativos diversificados</p>	<p>Diminuição de ano para ano do número de alunos no agrupamento</p> <p>Desertificação de alunos na transição do 1.º para o 2.º e do 2.º para o terceiro ciclos</p> <p>Existência de outras escolas na proximidade e com ensino secundário</p> <p>Falta de tempo para apreender mudanças e sustentar dinâmicas pedagógicas</p> <p>Mudança de orientações em tempos de planeamento da ação estratégica</p> <p>Não internalização do Projeto TEIP no quadro normativo recentemente publicado</p> <p>Tempo de trabalho excessivo distribuído por AFC, TEIP, Acompanhamento da Ação educativa por parte da IGEC</p>
ANÁLISE EXTERNA	

Fonte: Plano Plurianual de Melhoria 2018_2021

2. Visão e Missão

Sendo o AEPOL um Território de Intervenção Prioritária, a sua visão do traduz-se no ideal de poder corresponder às expectativas de todos quantos nele estudam e trabalham, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade justa, baseada em princípios humanistas, sustentados no conhecimento, no espírito crítico, na criatividade e na inovação como fatores de crescimento, desenvolvimento pessoal, bem-estar e solidariedade.

Para poder dar resposta a este ideal, a missão do AEPOL consiste em:

- a) Assegurar a concretização das diretrizes do Ministério da Educação relativamente à componente pedagógica e à componente didática da educação pré-escolar, do ensino básico e da educação extraescolar;
- b) Prestar apoio técnico e humano à sua formulação;
- c) Acompanhar e avaliar a sua concretização;
- d) Garantir a todas as crianças e alunos do agrupamento o acesso a uma educação que garanta que as suas perspetivas futuras não sejam limitadas pelo estrato socioeconómico a que pertencem;
- e) Valorizar o sentimento de pertença a um grupo capaz de vencer desafios, reafirmar valores e fazer com que todos vejam o AEPOL como um património da comunidade.

3. Objetivos e Metas

3.1. Objetivos

Tabela 19 - Objetivos

O1	Garantir a inclusão de todos os alunos
O2	Apostar na qualidade do ensino e da aprendizagem
O3	Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada
O4	Prevenir o abandono, o absentismo e a indisciplina dos alunos
O5	Envolver pais e encarregados de educação na vida da comunidade educativa

O desafio que se coloca ao Agrupamento é o de definir estratégias, planear as dinâmicas pedagógicas e identificar os procedimentos que permitam desenvolver esta ideia de Agrupamento no contexto do território em que se insere.

As duas unidades orgânicas que compõem o agrupamento são as suas estruturas e, por isso, surge a necessidade de se desenhar o seu plano estratégico de modo a conferir particular atenção ao papel de cada uma, identificando o contributo que delas se pode esperar para a missão institucional.

A articulação natural entre a missão e o projeto educativo obriga a uma clarificação das principais orientações que devem subordinar a ação do Agrupamento.

Entende-se que a operacionalização desta visão para o Agrupamento requer a adoção de um conjunto de orientações para a ação que priorizem o reforço da qualidade da educação e da interação com o território, e a mobilização da comunidade educativa, incluindo os pais e encarregados de educação.

A concretização desta vontade exige o desenvolvimento de uma cultura de proximidade dos órgãos de gestão com a comunidade, a participação das várias estruturas educativas no mapeamento de problemas e na construção de soluções e o envolvimento das pessoas.

As orientações requerem também, como condição para a sua concretização, em consonância com a missão e os objetivos do Agrupamento, a adoção de um quadro de referência para a gestão do Agrupamento que:

- (i) valorize as pessoas que constituem a comunidade escolar, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional de cada um, num quadro de autonomia e de responsabilidade;
- (ii) promova o respeito pela dignidade das pessoas e a inclusão, a equidade e a valorização da pluralidade de opiniões como princípios organizadores essenciais da vida coletiva;
- (iii) incentive a participação dos membros do Agrupamento na vida institucional, ancorando a tomada de decisão em processos coletivos de reflexão e de auscultação; e
- (iv) garanta e promova a adoção de princípios éticos e deontológicos na vida do Agrupamento.

O Projeto Educativo, por imperativos do *Programa TEIP*, concretiza-se através do *Plano Estratégico* e do *Plano Anual de Atividades* e assume, assim, as seguintes prioridades estratégicas relativas aos eixos de missão do Agrupamento:

Eixos de Missão	Prioridades Estratégicas
Eixo 1 Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas	Aprofundar o sentido de pertença do Agrupamento através dos seus eixos de missão, reforçando a sua presença em redes internacionais, consolidando parcerias estratégicas e intensificando a sua atividade sobretudo no quadro de escola de serviço público.
Eixo 2 Gestão Curricular	Promover uma educação inclusiva de elevada qualidade, através de projetos inovadores e socialmente relevantes, em todos os níveis de escolaridade, em diferentes modalidades e metodologias formativas, orientadas para todos e cada uma das crianças e cada um dos alunos do Agrupamento.

Tabela 20 - Eixos de missão e prioridades estratégicas

Eixo 3 Parcerias e Comunidade	Participar ativamente no desenvolvimento cultural, social e económico das pessoas e do território, valorizando o talento e contribuindo para a construção de uma sociedade mais desenvolvida, mais justa e mais sustentável e envolvendo os pais e encarregados de educação.
----------------------------------	--

3.2. Linhas de atuação para a inclusão

As linhas de atuação para a inclusão vinculam o AEPOL a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização, pretendendo a criação de uma cultura de escola onde todos encontrem oportunidades para aprender e as condições para se realizarem plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

Tabela 21- Linhas de ação para a inclusão

Modelo de Intervenção Multinível	
Medidas Universais (Art.º 8º)	a) A diferenciação pedagógica
	b) As acomodações curriculares
	c) O enriquecimento curricular
	d) A promoção do comportamento pró-social
	e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos
Medidas Seletivas (Art.º 9º)	a) Os percursos curriculares diferenciados;
	b) As adaptações curriculares não significativas
	c) O apoio psicopedagógico
	d) A antecipação e o reforço das aprendizagens
	e) O apoio tutorial
Medidas Adicionais (Art.º10º)	a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas
	b) As adaptações curriculares significativas
	c) O plano individual de transição
	d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado
	e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social

3.3. Metas

As metas encontram-se definidas até ao ano letivo 2020/2021, por imposição da candidatura ao Programa TEIP.

Tabela 22 - Metas

Eixos	Domínios	Indicadores globais	Ponto de Partida (4)	Meta			
				2018/2019	2019/2020	2020/2021	
Cultura de Escola e Lideranças Pedagógicas	Medidas organizacionais	Grau de participação dos vários agentes da comunidade educativa na definição das ações a desenvolver pela Escola	Bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	
		Grau de diversidade das medidas organizacionais que visam a	Bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	
		Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade	Bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom	
	Sucesso escolar na avaliação interna/externa	Taxa de insucesso escolar ⁽¹⁾	1.º Ciclo	1,9	1	0,5	0
			2.º Ciclo	14,2	7,1	3,5	0
			3.º Ciclo	19,1	9	5	0
		Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	1.º Ciclo	87,46	90	95	100
			2.º Ciclo	43,1	50	60	70
			3.º Ciclo	28,4	40	50	60
		Taxa de alunos que tiveram positiva nas provas finais	9.º - P	51,7	55	60	65
9.º - MAT	22,9		34,48	35,71	30		
Classificação média nas provas finais	9.º - P	2,3	2,5	3	3,5		
	9.º - MAT	0,6	2,03	2	1,5		
Gestão Curricular	Interrupção precoce do percurso escolar	Taxa de percursos diretos de sucesso entre os alunos da escola, em todas as ofertas educativas	1.º Ciclo	81,6	85	90	100
		2.º Ciclo	58,3	60	65	70	
		3.º Ciclo	73,3	75	80	90	
	Taxa de alunos que melhoraram ou mantiveram a média final das suas classificações, relativamente ao ano anterior	1.º Ciclo	81,60%	85	90	95	
		2.º Ciclo	58,3	60	65	70	
		3.º Ciclo	73,3	75	80	85	
	Práticas pedagógicas	Taxa de interrupção precoce do percurso escolar ⁽²⁾	1.º Ciclo	0,00%	0	0	0
		2.º Ciclo	0,90%	0,45	0,25	0,1	
		3.º Ciclo	1,80%	0,9	0,45	0,25	
	Parcerias e Comunidade	Envolvimento dos parceiros	Taxa de ocorrências disciplinares em contextos de sala de aula, face ao número total de ocorrências	1.º Ciclo	7,1	5	3
2.º Ciclo			29,1	20	15	10	
3.º Ciclo			32,6	27,5	22,5	15	
Média de faltas injustificadas por aluno ⁽³⁾		1.º Ciclo	7,1	5	3	0	
		2.º Ciclo	20,7	10	5	0	
		3.º Ciclo	15,4	10	5	0	
Grau de satisfação dos vários agentes da comunidade		Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom		
Taxa de participação dos Encarregados de Educação em ações	64,2	70	75	80			
Grau de satisfação face ao impacto das parcerias na promoção	Muito bom	Muito bom	Muito bom	Muito bom			

Fonte: Plano Plurianual de Melhoria 2018_2021

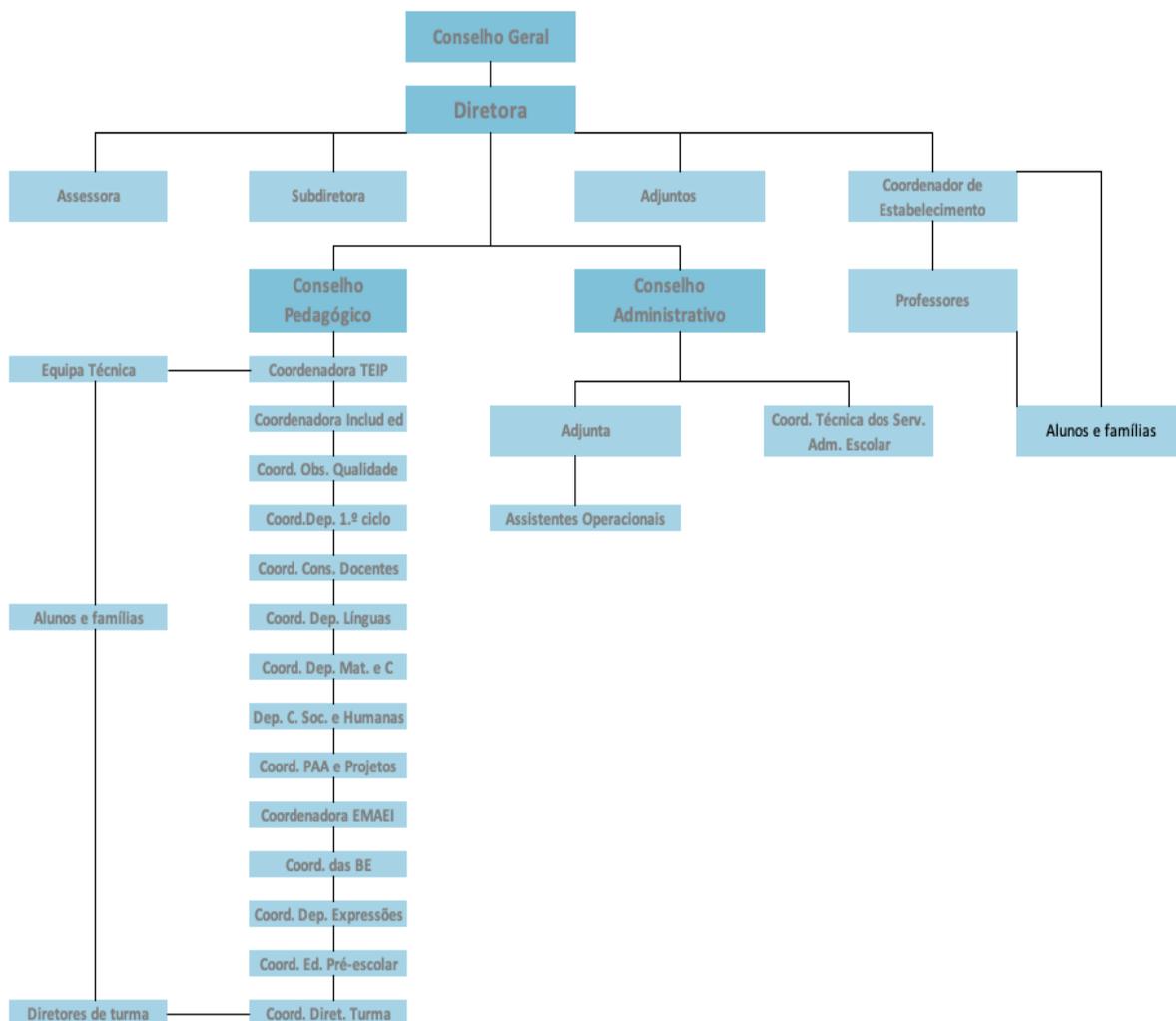
4. Organização escolar

É no *Regulamento Interno* do AEPOL que se encontram identificados os seus órgãos de gestão administrativa e pedagógica, os serviços e os organismos que colaboram na concretização do projeto de educação que aí se visa implementar, bem como as funções e responsabilidades destes órgãos e o modo como tais funções e responsabilidades se enquadram no conjunto das iniciativas de caráter institucional, curricular e pedagógico que se promovem na escola.

4.1. Organograma

No gráfico 1, abaixo representado, pretende-se dar a conhecer uma visão simplificada da estrutura organizacional do Agrupamento, referindo os distintos níveis de hierarquia e a relação existente entre eles.

Gráfico 1- Organograma do AEP



4.2. Critérios de natureza pedagógica para a constituição de grupos e turmas

Ao abrigo do ponto 1, do artigo 17.º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, do ponto 1, do artigo 2.º do Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 19 de junho, na redação que lhe é dada pelo Despacho Normativo n.º 16/2019, a constituição de grupos de crianças ou turmas de alunos obedece a critérios de natureza pedagógica, que abaixo se discriminam, em conformidade com a legislação em vigor e tendo em conta as propostas dos

educadores, dos professores titulares, dos diretores de turma, da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva e do conselho pedagógico, em função dos recursos humanos e materiais disponíveis.

4.2.1. Educação pré-escolar

4.2.1.1 - Prioridades na matrícula ou renovação de matrícula

1. Na educação pré-escolar, as vagas para matrícula ou renovação de matrícula são preenchidas de acordo com as seguintes prioridades:

- 1.1. Crianças que completem os cinco e os quatro anos de idade até dia 31 de dezembro, sucessivamente pela ordem indicada;
- 1.2. Crianças que completem os três anos de idade até 15 de setembro; e
- 1.3. Crianças que completem os três anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.

2. Como forma de desempate em situação de igualdade, são observadas, sucessivamente, as seguintes prioridades:

- 2.1. Crianças com necessidades educativas específicas de acordo com o previsto nos artigos 27.º e 36.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, na redação conferida pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro e n.º 78 21 de abril de 2020.
- 2.2. Filhos de mães e pais estudantes menores, nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, na redação conferida pela Lei n.º 60/2017, de 1 de agosto;
- 2.3. Crianças com irmãos ou com outras crianças e jovens, que comprovadamente pertençam ao mesmo agregado familiar, a frequentar o estabelecimento de educação e de ensino pretendido, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 2.º;
- 2.4. Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 2.5. Crianças beneficiárias de ASE, cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 2.6. Crianças cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido;
- 2.7. Crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias;

2.8. Crianças cujos encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido; e

2.9. Crianças que frequentaram no ano anterior o estabelecimento de educação que pretendem frequentar, e querem renovar a matrícula, aplicando-se sucessivamente as prioridades definidas nos pontos anteriores

4.2.1.2 – Constituição das turmas

1. Os grupos são constituídos por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.

2. Os grupos são constituídos pelo número mínimo de 20 crianças previsto no número anterior, sempre que em relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração da criança em grupo reduzido, não podendo este incluir mais de duas nestas condições.

4.2.2. Primeiro ciclo

4.2.2.1. Constituição de turmas

1. Na formação de turmas de 1º ano deve atender-se à especificidade dos alunos mediante as indicações dadas pelos educadores de infância em reunião de articulação, para uma distribuição equilibrada dos alunos, face às características e/ou problemáticas identificadas.

2. Os grupos oriundos do pré-escolar, caso não possam integrar a mesma turma, são divididos de acordo com as informações dadas pelas Educadoras de Infância e as preferências manifestadas pelos Encarregados de Educação.

3. Sempre que não for possível manter todos os alunos nos grupos/turmas, tanto nos provenientes da Educação Pré-escolar, como nos que têm continuidade no Primeiro Ciclo, mantêm-se nos grupos de origem as crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias

4. Em cada turma deve ser respeitada a heterogeneidade de alunos por sexo e idade.

5. Os alunos sujeitos a retenção podem integrar a turma a que pertenciam por decisão do Diretor, sob proposta do professor titular de turma, ouvido o Conselho de Docentes.

6. Mediante proposta do docente titular de turma, ouvido o conselho de docentes, os alunos que revelem irregular desenvolvimento nas aprendizagens ou que tenham ficado

retidos podem mudar de turma e preferencialmente, frequentar turma adequada ao seu nível de desenvolvimento e ou ano de escolaridade.

7. Excecionalmente podem ser constituídas turmas através do desenvolvimento de projetos inovadores, devidamente fundamentados pelo Departamento do Primeiro Ciclo e autorizados pelo Conselho Pedagógico.

8. As turmas do 1.º CEB são constituídas por 24 alunos não podendo ultrapassar esse limite;

9. As turmas que incluam alunos com mais de dois anos de escolaridade são constituídas por 22 alunos;

10. As turmas que integrem crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.

4. A redução das turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

5. Os alunos do 4.º ano em situação de retenção, havendo na escola mais do que uma turma com o mesmo ano de escolaridade, podem ser distribuídos pelas diferentes turmas.

6. Os alunos estrangeiros, havendo na escola mais do que uma turma com o mesmo ano de escolaridade, podem ser distribuídos pelas diferentes turmas.

4.2.3. Segundo e terceiro ciclos

4.2.3.1. Constituição de turmas

1. As turmas dos 5.º ao 9.º ano de escolaridade e do ensino artístico em regime articulado, são constituídas por um número mínimo de 24 alunos.

2. As turmas são constituídas por 20 alunos, sempre que no relatório técnico-pedagógico seja identificada como medida de acesso à aprendizagem e à inclusão a necessidade de integração do aluno em turma reduzida, não podendo esta incluir mais de dois nestas condições.

3. A redução das turmas prevista no ponto anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60 % do tempo curricular.

4. Os alunos cujo RTP indica redução de turma devem ser distribuídos pelas diferentes turmas considerando a tipificação das suas necessidades educativas, ouvido o professor da Educação Especial que os acompanhou.

5. Inclusão equilibrada de alunos relativamente à idade, ao sexo, às medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (seletivas ou adicionais – DL nº 54/2018).

6. Ao longo do seu percurso escolar, do 5.º ao 6.º ano e do 7.º ao 9.º ano, as turmas devem manter-se, exceto se os Conselhos de Turma propuserem alterações ou separações nas mesmas.

7. Sempre que houver necessidade de não respeitar a continuidade pedagógica de um grupo/turma devem ser devidamente ponderados os seguintes critérios em igualdade de valoração:

7.1. Distribuição de forma equilibrada de alunos com RTP, atendendo também ao tipo de problemáticas indicadas;

7.2. Distribuição equilibrada de alunos retidos no mesmo ano de escolaridade;

7.3. Aproveitamento global do grupo/turma;

7.4. Dimensão da turma;

7.5. Comportamentos/atitudes do grupo/turma, considerando também situações individuais neste domínio.

8. Para a constituição de turmas de 5.º ano, deve atender-se às indicações pedagógicas fornecidas pelo Professor Titular de Turma do 1.º Ciclo e ou Psicólogo sobre os alunos do 4.º ano e, se possível, as preferências manifestadas pelos Encarregados de Educação.

9. Devem ser respeitadas as indicações dos Conselhos de Turma do final do 3.º Período do ano letivo anterior ou do Diretor de Turma.

10. Os alunos retidos devem ser distribuídos pelas turmas de forma equitativa, salvo nas situações de criação ocasional de grupos homogéneos de alunos, tendo em vista colmatar dificuldades de aprendizagem ou desenvolver capacidades no sentido da promoção de igualdade de oportunidades.

11. No 7.º ano de escolaridade, os critérios para a constituição das turmas podem ser definidos em função dos resultados escolares dos alunos, devendo os responsáveis pelo processo, sempre que necessário, recolher a opinião dos diretores das turmas de 6.º ano.

12. Excecionalmente podem ser constituídas turmas através do desenvolvimento de projetos inovadores, devidamente fundamentados e autorizados pelo Conselho Pedagógico.

4.2.4. Educação Moral e Religiosa

4.2.4. 1. Constituição de turmas

No ensino básico a constituição de turmas de EMR obedece ao disposto no art.º 6 do Decreto-Lei n.º 70/2013 de 23 de maio.

4.2.5. Pedidos de transferência de grupo ou de turma

Os pedidos de transferências de grupo na educação pré-escolar e de turma, em qualquer ano de escolaridade, só ocorrem por indicação da Educadora, do Professor Titular de Turma, ouvido o conselho de docentes, no 1.º CEB, e por indicação do Diretor de Turma, nos 2.º e 3.º ciclos, ouvido o Conselho de Turma.

4.2.6. Alunos provenientes de países estrangeiros

Os alunos provenientes de países estrangeiros, que revelem especiais dificuldades ao nível da Língua Portuguesa, devem, quando tal for possível, ser integrados na mesma turma a fim de facilitar a prestação do apoio pedagógico previsto.

4.2.7. Equipas de Formação de Turmas

As equipas formalizadas passam a reger a sua atuação pelos normativos legais em vigor e pelas regras definidas em Regulamento Interno. São constituídas por:

1. Coordenadores de departamento;
2. Coordenador do Conselho de Docentes;
3. Coordenador dos Diretores de Turma;
4. Docentes do 1.º ciclo que lecionaram o 4.º ano (turmas de 5.º ano); e
5. Diretores de Turma (para os restantes anos).
6. Representante dos Serviços de Psicologia e Orientação e da Educação Especial; Um elemento da EMAEI.
7. Outros professores.

5. Redes, Parcerias e Protocolos

A escola tem vindo a constituir-se como um espaço “transbordante” de atividades outras para além das de aprendizagem dos alunos e, por isso, o sucesso da educação depende,

cada vez mais, da existência de parcerias. As entidades com quem AEPOL tem parcerias são referidos na tabela 22.

Tabela 23 - Redes, Parcerias e Protocolos

Eixo	Parcerias	Âmbito ou Domínio	Formas de Atuação
A. Gestão Curricular	Unidade Local de Saúde De Matosinhos (ULSM)	Projeto de Promoção e Educação para a Saúde (PES)	Dinamização de ações e sessões de sensibilização no âmbito da Educação para a Saúde
	CFAE - Centro de Formação de Associação das Escolas de Matosinhos	Formação contínua de Docentes; Formação de Pessoal Não Docente	Ações de capacitação e de formação
	CREA - Community of Research in Excellence for All, da Universidad de Barcelona	INCLUD-ED – Comunidades de Aprendizagem	Inclusão e articulação com a família e com a comunidade, enquanto elementos promotores do sucesso educativo
	Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP)	Consultoria; Formação contínua de Docentes.	Consultora Externa
B. Parcerias e Comunidade	Câmara Municipal de Matosinhos (CMM)	ADEIMA: - Protocolos RSI - Projeto Biquinha em Ação - Projeto Cruz de Pau em Ação	Diagnósticos sociofamiliares partilhados; Intervenção multidisciplinar nos diferentes contextos da vida social dos indivíduos/ famílias Dinamização da Rádio Escola Dinamização dos intervalos no 1.º ciclo Apoio aos alunos do Agrupamento ao nível das competências escolares (apoio ao estudo) Desenvolvimento de competências pessoais e sociais.
		Projeto Tum, Tum, Tum	Dinamização de oficinas de música, utilizando instrumentos formais e informais, movimento e expressão corporal, através de uma metodologia participativa e inclusiva.
	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Matosinhos (CPCJM)	Promoção e Proteção dos Direitos da Criança e do Jovem	Trabalho em rede no sentido de salvaguardar os direitos da criança e do jovem
	Associação para o planeamento Familiar (APF Biquinha)	Espaço de Apoio dirigido à comunidade do Conjunto Habitacional da Biquinha, em particular à comunidade cigana.	Apoio na comunicação da Escola com a comunidade cigana
	Associação Plano I	Dar respostas às questões sociais atuais, nomeadamente a desigualdade, a discriminação, a violência, a exclusão e a pobreza.	Implementação de projetos e dinamização de sessões.
	Instituto Padre António Vieira	Academia de Líderes UBUNTU	Formas de atuação: Programa de educação não formal que trabalha competências socio-emocionais orientadas para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

	<p>Associação para a Educação de Segunda Oportunidade, Matosinhos</p>	<p>Oferta das valências de percursos de tipo PIEF, destinados a jovens entre os 15 e os 17 anos de idade, e de tipo EFA, destinados a jovens entre os 18 e os 24 anos de idade.</p>	<p>Necessidade de implementar medidas específicas de inclusão destes jovens, que exigem uma intervenção coordenada, sistemática e permanente entre diversos intervenientes (docentes, famílias, técnicos de segurança social, tribunais, instituições de acolhimento e outras entidades), que permitam desenvolver medidas adequadas ao seu melhor interesse, proporcionando uma alternativa educativa capaz de os motivar a construir projetos para as suas vidas, e de promover a sua integração social e profissional.</p>
--	---	---	---

6. Áreas e Modalidades de Qualificação

O AEPOL tem uma oferta educativa generalista, totalmente dependente de fatores externos à escola, porquanto presta serviço público em duas unidades orgânicas: a Escola Básica Estádio do Mar e a Escola Básica Professor Óscar Lopes, que é a escola-sede do Agrupamento. A primeira unidade orgânica oferece as valências da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, e a segunda dos 2.º 3.º Ciclos do Ensino Básico, às quais se associam atividades de enriquecimento curricular e extracurricular, cuja oferta tem em conta quer as especificidades e os interesses dos educandos quer as necessidades socioeducativas dos respetivos agregados familiares.

Através do protocolo de cooperação assinado em 02 de outubro de 2019 pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, pela Câmara Municipal de Matosinhos, pelo Agrupamento de Escolas Professor Óscar Lopes e pela Associação de Escolas de Segunda Oportunidade, o AEPOL oferece também as valências de percursos de tipo PIEF, destinados a jovens entre os 15 e os 17 anos de idade, e de tipo EFA, destinados a jovens entre os 18 e os 24 anos de idade, que funcionam em edifício cedido para o efeito, pela autarquia, em S. Mamede Infesta.

7. Monitorização e Avaliação do Projeto Educativo

O Projeto Educativo é um documento de planeamento estratégico que deve ser continuamente monitorizado e periodicamente avaliado, para permitir aferir o seu grau de eficácia e poder alterá-lo ou aperfeiçoá-lo em função dessa aferição.

Trata-se de um compromisso que é necessário assegurar de forma contínua, tendo em conta a necessidade de conceber projetos de desenvolvimento ou projetos de melhoria que permitam consolidar os pontos fortes do funcionamento do AEPOL e definir iniciativas capazes de promover as respostas entendidas como adequadas. Não sendo uma iniciativa excepcional que se limite a responder, apenas, às exigências da avaliação externa, terá que ser concebida

a partir de um tipo de organização que terá que beneficiar do desenho de dispositivos e de instrumentos que sejam utilizados tanto nos diversos órgãos de gestão administrativa e pedagógica como ao nível dos serviços que compõem o AEPOL. Trata-se de uma tarefa a assumir pela equipa do Observatório de Qualidade e pelo conjunto de operações que deverão conduzir a uma tal construção.

7.1. Monitorização

- a) Avaliação trimestral dos alunos;
- b) Atas referentes à avaliação trimestral dos alunos;
- c) Atas das reuniões do conselho de docentes, no caso do 1.º ciclo do Ensino Básico;
- d) Atas das reuniões com os diretores de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico;
- e) Atas do Conselho Pedagógico;
- f) Atas das assembleias dos delegados de turma do 3.º ciclo do Ensino Básico;
- g) Resultados obtidos nas provas de avaliação externa dos nonos anos de escolaridade disciplinas;
- h) Relatórios da Provas de Aferição (RIPA REPA);
- i) Plano Anual de Atividades;
- j) Planeamento curricular;
- l) Eficácia das medidas constantes das linhas de atuação para a inclusão;
- m) Questionários dirigidos às famílias; e
- n) Questionários dirigidos aos alunos.

7.2. Avaliação

- a) Relatórios trimestrais e anuais do Plano Anual de Atividades;
- b) Relatório semestral de execução TEIP;
- c) Relatórios de ações da IGEC; e
- d) Relatórios de autoavaliação.

8. Estratégia de Comunicação

Atendendo ao diagnóstico estratégico efetuado e aos problemas de mobilidade dos alunos para as escolas vizinhas, que se constituem como desafios de grande impacto no AEPOL, é fundamental que o Agrupamento elabore um plano de comunicação, constitua equipas de divulgação e estabeleça estratégias para a promoção da sua oferta no exterior.

Tabela 24 - Estratégia de comunicação

ÂMBITO		
OBJETIVOS	MARKETING	<ul style="list-style-type: none"> • Investir em visitas de estudo; • Criar uma comunidade de pertença; • Fortalecer a imagem do Agrupamento com representações em eventos culturais e outros; • Contribuir para a satisfação dos alunos e das famílias.
	COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Dar a conhecer as práticas de referência do Agrupamento; • Dar visibilidade aos projetos; • Organizar mostras de trabalhos; • Investir na imagem visual da Escola Básica Professor Óscar Lopes; • Criar uma equipa de divulgação; • Investir em publicidade nos materiais escolares (Imagem de marca).
ALVOS	MARKETING	<ul style="list-style-type: none"> • Os alunos que se encontram na Escola Básica Estádio do Mar (fidelizar); • Os alunos que se encontram na Escola Básica Professor Óscar Lopes (fidelizar); • Outros alunos.
	COMUNICAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços atuais; • Serviços potenciais; • Pessoas influentes; • Comunicação Social; • Público interno; • Entidades Oficiais; • Autarquia

Bibliografia de referência

Afonso, Almerindo Janela, Rui Vieira Castro e Carlos Vilar Estêvão (1999). *Projetos Educativos, planos de actividades e regulamentos internos (avaliação de uma experiência)*. Cadernos do CRIAP, junho de 1999. Porto: Edições Asa.

Albalat, V. B. (1989). *Proyecto educativo, plan anual del centro, programacion docente y memoria*. Madrid: Ed. Escuela Española.

Capucha, Luis (2008). *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião prático*. Lisboa: Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Roldão, M. do Céu (1999). *Gestão curricular, Fundamentos e Práticas*. Lisboa: ME/DEB.

Rey, B. e J. M. Santamaria, (1992). *El proyecto educativo de centro: de la teoria a la acción educativa*. Madrid: Editorial Escuela Española.